

As confrarias de mesteres no contexto assistencial de Coimbra (séculos XII a XV)¹

Ana Rita Rocha

(IEM, FCSH-Universidade Nova de Lisboa; CHSC, Universidade de Coimbra)

1. Introdução

Nas cidades medievais, a par do enquadramento político, religioso e familiar, os habitantes beneficiavam da proteção conferida por um conjunto de instituições de caridade e solidariedade, que lhes permitiam colmatar algumas das suas carências materiais, fisiológicas e sociais, reforçando os laços mais tradicionais de familiaridade, amizade e vizinhança (Coelho 1992, 156-157; Coelho 2020). Todos os núcleos urbanos viram, assim, surgir e desenvolver-se uma mais ou menos densa “rede” assistencial, formada por estabelecimentos hospitalares e confrarias, cujos objetivos convergiam no socorro aos mais pobres e no auxílio mútuo, alicerçados nas conceções medievais de caridade e assistência. A formação e evolução destas redes ficou a dever-se à ação dos poderes políticos e religiosos e, não raras vezes, à iniciativa particular, fruto de uma vontade individual ou da organização de um grupo de pessoas com interesses comuns (Rocha 2019). Daqui resultaram, entre outras, as confrarias de mesteres, instituídas e compostas por indivíduos que partilhavam um mesmo ofício mecânico, as quais podiam administrar pequenos hospitais e albergarias, que serviam os seus propósitos assistenciais.

Partindo desta breve descrição das práticas assistenciais medievais, este estudo tem por objetivo identificar e caracterizar as confrarias de mesteres instituídas na cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV, procurando definir estas associações, integrá-las no espaço urbano, compreender como estavam organizadas e quais as suas funções, assim como tentar perceber se assumiram um papel de relevo na organização e regulamentação do trabalho dos seus membros.

A nossa análise parte das décadas finais do século XII e percorre toda a Baixa Idade Média, até à segunda metade do século XV. A escolha deste espaço temporal prende-se, antes de mais, com a própria cronologia da documentação sobre a qual trabalhamos. Enquanto a mais antiga referência a uma confraria de mester na Coimbra medieval data das últimas décadas de Undecentos (1180), a última menção é dos anos 60 de Quatrocentos (1462), como iremos ver. O aparecimento destas associações profissionais durante o século XII insere-se no movimento mais lato de fundação de instituições assistenciais, fruto do aumento de pobres nas cidades e do conseqüente envolvimento dos particulares com as questões da pobreza, da doença e do desenraizamento geográfico, por incentivo da Igreja. Nos finais da Idade Média, em particular ao longo do século XV, o cenário inverteu-se. À medida que o poder régio foi assumindo um maior protagonismo na assistência aos pobres, as múltiplas instituições caritativas que proliferavam no espaço urbano foram dando lugar a outras de maiores dimensões, que incorporavam o património e funções daquelas. Este processo culminou, em Coimbra, com a fundação do Hospital Real, entre 1502-1508.²

As fontes para o estudo destas instituições são, no entanto, escassas e não nos permitem aprofundar o tema ou, pelo menos, apresentar conclusões sólidas. Consideramos, porém, que, por vezes, a mais simples referência documental pode fazer a diferença e responder-

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto MedCrafts – “Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV”, Ref.^a PTDC/HAR-HIS/31427/2017.

² Sobre a evolução das práticas caritativas, desde o século XII até aos inícios do século XVI, quando se deu por concluída a reforma das instituições de assistência, ver, por todos, Rocha 2019, que cita bibliografia sobre o tema.

nos a questões para as quais se julgava não haver resposta. Por isso mesmo, privilegiámos todo o tipo de documentos que pudessem conter dados fundamentais para compreender as confrarias de mesteres, a sua composição e funcionamento.

Deste modo, entre os primeiros diplomas a considerar contam-se os testamentos e doações de cidadãos conimbricenses ou que contemplem os estabelecimentos caritativos da cidade, entre os quais se contam as confrarias de mesteres. Além de comprovarem a existência de uma instituição em determinada data, estas fontes informam-nos acerca das intenções pias da sociedade conimbricense e dos legados atribuídos a cada confraria e sua finalidade.

Reunimos ainda um considerável número de emprazamentos e escambos, que se revelam fundamentais na construção da rede hospitalar da cidade. Através deles conseguimos identificar e localizar com alguma precisão as albergarias de mesteres, com as quais confrontavam os prédios contratados, e, conseqüentemente, em alguns casos, as próprias confrarias.

Por fim, somam-se algumas sentenças e outros documentos mais raros, como uma autorização episcopal e uma declaração de obrigação de um confrade. Embora em número muito reduzido, são imprescindíveis para avaliar a organização confraternal, o seu funcionamento e o modo como as irmandades se relacionavam com os poderes sediados na cidade de Coimbra.

Independentemente da quantidade de fontes disponíveis, as confrarias, em geral, e as de mesteres, em particular, têm despertado, desde há algumas décadas, a atenção dos historiadores, quer em Portugal, quer além-fronteiras. Não podemos deixar de destacar, em especial em França, os estudos de Catherine Vincent (1988; 1994), Noël Coulet (1991; 1994) e Sandrine Victor, que recentemente dedicou um artigo às confrarias de mesteres de Girona, analisando a evolução destas instituições no sentido das associações profissionais. Em Portugal, continuam a ser fundamentais os estudos inaugurais e outros mais recentes de Ângela Beirante e Maria Helena da Cruz Coelho (1992; 2020) e, sobretudo, a tese de doutoramento de Arnaldo Sousa Melo (2009) sobre o trabalho e produção no Porto, abordando os mesteres nas suas amplas vertentes, e outros estudos do mesmo autor, individuais ou em colaboração, dedicados a confrarias específicas (Melo, Dias e Silva, 2008) ou às formas de associação dos mesteres, nos finais da Idade Média (Melo 2012).

Com base nas fontes e bibliografia acima descritas, procuraremos identificar as confrarias de mesteres documentadas na cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV, e caracterizá-las, sem perdermos de vista o contexto assistencial no qual estavam integradas.

2. O espaço: a cidade de Coimbra na Idade Média

A cidade de Coimbra, na qual se centra o nosso estudo, assumiu um papel de grande relevo nos primeiros séculos de existência do reino de Portugal. Nela se fixou D. Afonso Henriques com a corte, dedicando-lhe a sua atenção. Iniciando um período de renovação urbanística, assistiu-se à construção do mosteiro de Santa Cruz, à reconstrução das igrejas da cidade, em particular da catedral, e à reconfiguração da rede viária (Rossa). Além disso, em 1179, D. Afonso Henriques outorgou foral à cidade, consolidando a sua autonomia municipal (Coelho 2013, 41-52).

O espaço urbano em análise estruturava-se em duas áreas principais, divididas pela muralha: o intramuros ou Almedina e o extramuros, onde surgiram novos focos de povoamento, os arrabaldes.³

No interior da cerca erguiam-se os principais polos do poder urbano, fazendo deste espaço o centro político, religioso e militar da cidade. De facto, aqui encontravam-se a alcáçova, a catedral, o paço episcopal e ainda o castelo. A nível eclesiástico, a área dividia-se em cinco paróquias ou freguesias, que gravitavam em torno das respetivas igrejas sede: Sé, S. Pedro, S. João, S. Salvador e S. Cristóvão, quase no sopé da colina. A presença de todos estes poderes conferia à Almedina um carácter “sobremaneira residencial, de administração e serviços”, segundo palavras de Maria Helena da Cruz Coelho (1992, 337). Porém, o comércio e os mesteres também marcavam presença. Na rua das Tendas (atual Quebra-Costas) desenrolava-se uma intensa atividade artesanal e comercial (Alarcão, 84-85), enquanto a ferraria, bairro ocupado pelos profissionais do metal, se erguia muito próximo da igreja de S. Cristóvão (Trindade, 119).

Para lá da muralha, estendia-se a área “mercantil, artesanal, laboriosa” (Coelho 1992, 335) por excelência: os arrabaldes. A indefinição do espaço e a maior proximidade às principais vias de comunicação, tanto viárias, como fluviais, funcionaram como atrativos para a fixação de pessoas nesta área, que cresceu de forma acelerada a partir do século XII. Aqui, a noroeste da muralha, instalou-se, em 1131, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que adquiriu um poder comparável ao da Sé. No século seguinte, implantaram-se na cidade as ordens mendicantes, fundando os seus mosteiros um pouco mais afastados da cerca. Para além destes polos eclesiásticos, o espaço dividia-se em quatro paróquias, nas quais a população encontrava o devido enquadramento religioso e vicinal: S. João de Santa Cruz, Santa Justa, Santiago e S. Bartolomeu.

Mas eram as atividades económicas que melhor caracterizavam os arrabaldes e que faziam deles a área mais dinâmica e buliçosa da cidade. Os mesteres são particularmente reveladores desta importância. Aqui instalavam as suas oficinas e tendas, organizando-se por bairros ou arruamentos consoante o ofício que desempenhavam, como nos comprova a toponímia. Ruas como a dos Peliteiros, Tanoeiros, Caldeireiros e Oleiros, entre outras, são a prova desse reforço de solidariedades profissionais, mas também de uma maior vigilância do poder municipal sobre estas atividades (Coelho 1996, 281-282).

Foi no espaço urbano aqui descrito, nas ruas, praças e bairros, em proximidade com os edifícios civis, igrejas e mosteiros, que as confrarias e albergarias de mesteres se instalaram, integradas num quadro assistencial mais vasto, que passamos a descrever.

3. O contexto assistencial medieval de Coimbra

A “rede” assistencial de Coimbra, na qual se inserem as confrarias e albergarias de mesteres, começou a desenhar-se ainda no século XII e foi evoluindo, sobretudo num movimento ascendente, até aos finais da Idade Média, quando a reforma das instituições pias protagonizada por D. Manuel, alterou substancialmente a sua fâcies.

Na cidade de Coimbra, no período que se estende desde as primeiras décadas de 1200 até aos anos finais de 1400, estão documentadas 85 instituições assistenciais, que se dividem em 40 confrarias e 45 estabelecimentos hospitalares, nos quais se incluem hospitais, albergarias, mercearias e gafarias (Rocha 2019, 189-192). O estudo global desta rede, permite-nos afirmar que estas casas nunca funcionaram todas em simultâneo

³ A separação dos dois espaços imposta pela muralha resultava numa clara dicotomia entre ambos, como salientou Maria Helena da Cruz Coelho (1992, 335). Com exceção de alguns estudos particulares, devidamente citados, a descrição que se segue baseou-se essencialmente nas obras e artigos de Leontina Ventura, Maria Helena da Cruz Coelho (2003 e 2013), Jorge Alarcão, Maria Amélia Álvaro de Campos e Ana Rita Rocha (2019).

o que, de resto, seria muito improvável numa cidade de média dimensão como Coimbra. Pelo contrário, sucederam-se no tempo, registando-se inúmeras fundações ou primeiras referências documentais e extinções ou simples desaparecimento das fontes escritas.

Como se pode ver nas figuras 1 e 2, as instituições de assistência conimbricenses apresentam uma evolução ascendente desde o século XII até ao XIV, em resultado da designada “revolução da caridade” (Vauchez, 58). Já na passagem do século XIV para o XV, registou-se uma queda acentuada do número de novos estabelecimentos. Este é um sinal dos novos tempos, marcados pela crescente secularização da assistência, que se sobrepôs ao modelo individual de caridade, caracterizado, em grande medida, pela proliferação de pequenas instituições (Paiva 2003b; Sousa).

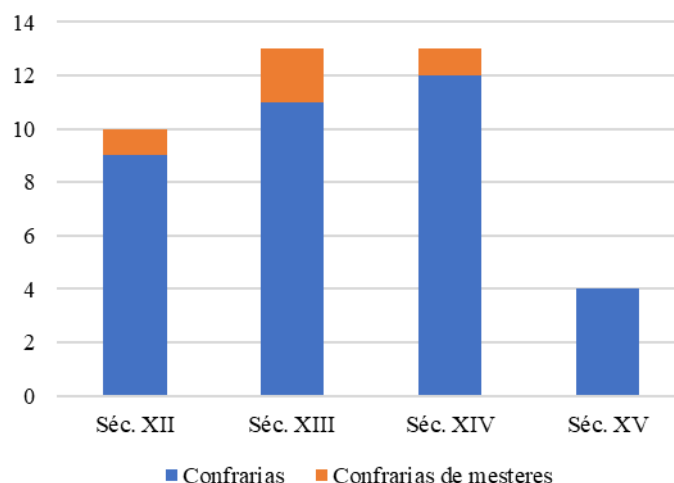


Figura 1. Evolução cronológica das confrarias de Coimbra (séculos XII a XV).

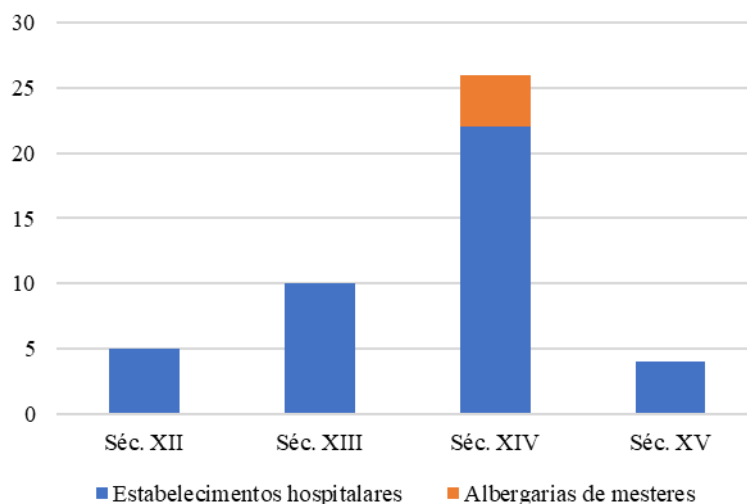


Figura 2. Evolução cronológica dos estabelecimentos hospitalares de Coimbra (séculos XII a XV).

Os estabelecimentos assistenciais que aqui estudamos apresentavam reduzidas dimensões e recursos económicos muito limitados.⁴ Enquanto os hospitais ofereciam um

⁴ Há, naturalmente, instituições que se destacam das demais, quer pelas suas maiores dimensões e capacidade assistencial, quer pelos seus maiores recursos económicos. Em Coimbra, salientam-se o Hospital de Santa Isabel, que podia acolher 30 pobres envergonhados, e o Hospital de S. Lázaro, destinado

abrigo, agasalho, alimentos, água e fogo aos mais pobres, as confrarias prestavam assistência na vida e na morte aos seus membros, provenientes das mais diversas origens socioprofissionais, e a outros carenciados. O seu funcionamento era regulado por um conjunto de normas fixadas nos estatutos ou compromissos, nos quais se definiam, entre outros, os critérios de admissão, o auxílio material e espiritual a prestar a todos os assistidos e ainda os aspetos relacionados com a sua administração.⁵

Para a cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV, conhecemos 10 compromissos confraternais (Rocha 2019, 552-554) e três regimentos hospitalares.⁶ A discrepância entre o número de instituições e os regulamentos ainda existentes é bastante significativa, devendo-se, essencialmente, ao desaparecimento dos suportes físicos destes textos, talvez até destruídos aquando da extinção das irmandades ou hospitais a que se reportavam. Mas não podemos deixar de considerar a hipótese da transmissão das normas confraternais e hospitalares por via da oralidade e do costume, dispensando a sua fixação por escrito. A falta de textos normativos pode ser colmatada com a consulta de outros documentos, de carácter avulso, recolhidos nos mais diversos fundos arquivísticos,⁷ que nos informam sobre a concretização, na prática, dos ideais e objetivos das irmandades e hospitais conimbricenses.

Os estabelecimentos assistenciais espalhavam-se pelo espaço citadino, tanto na zona muralhada, a Almedina, como nos arrabaldes, interligando-se com a rede viária e edifícios envolventes. As confrarias são mais difíceis de localizar por serem, acima de tudo, associações de pessoas e não tanto espaços físicos, podendo mesmo repartir as suas atividades por igrejas ou sítios diversos (Tello Hernández, 123-124). Por norma, estas associações estavam sediadas nas igrejas paroquiais e monásticas, podendo mesmo partilhar com elas a invocação a um santo, como no caso das confrarias de S. Pedro e S. Cristóvão, sediadas nas colegiadas do mesmo nome, para citar apenas alguns exemplos (Rocha 2019, 264-272). No entanto, muitas delas poderiam desenvolver as suas atividades nos hospitais e albergarias que administravam e que correspondiam à sua manifestação física no espaço (Álvarez Fernández, 40). Este seria, pelo menos, o caso das confrarias de Santa Maria da Vera Cruz e de S. Lourenço, que, embora sediadas nas igrejas de S. João de Santa Cruz e Santa Justa, respetivamente, nomeavam os seus oficiais em reunião celebrada nas suas albergarias (Rocha 2019, 268-269).

Por sua vez, os estabelecimentos hospitalares implantaram-se em locais próximos das portas da cidade, em artérias mais movimentadas e junto de pontes, ou seja, locais por onde circulavam os pobres e todos os que necessitavam de assistência, apresentando uma topografia em tudo muito semelhante à de outras cidades e regiões do reino ou de além-fronteiras (Le Blévec, 2, 747-759; Rosa). Alguns destes hospitais instalaram-se à sombra ou na dependência de importantes edifícios civis e religiosos, como o Hospital dos Mirleus, junto da alcáçova, e o Hospital de Santa Cruz, anexo ao mosteiro da mesma invocação (Rocha 2019, 282-283 e 287-288). Outros, muito mais numerosos, não

a leprosos, que era proprietário de um vasto património imóvel na cidade de Coimbra e seu termo (Rocha 2019, 390-391 e 407-408 e Rocha 2011).

⁵ Tanto os hospitais, como as confrarias têm sido objeto de inúmeros estudos nacionais e internacionais, que abordam as suas principais funções e características. Evitando uma lista demasiado exaustiva, veja-se, entre outros, Tavares; Beirante; Coelho 1992 e 2020; Farelo 2018; Vincent 1994; Rawcliffe; Henderson; Le Blévec; e Rocha 2019.

⁶ Dos regimentos hospitalares, apenas se conhece um do Hospital de Santa Isabel, atribuído pela rainha D. Isabel em 1328, e dois do Hospital de S. Lázaro, outorgados por D. Afonso IV, em 1329, e D. Afonso V, em 1452. Paiva 2003a, 506-507; Rocha 2011, 156-164 e 227-229.

⁷ São particularmente relevantes os fundos do Cabido da Sé de Coimbra, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e das várias colegiadas da cidade, conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Rocha 2019, 33-35.

manifestam qualquer intenção específica de implantação, instalando-se ao longo das vias e ocupando edifícios de construção corrente, provavelmente doados pelos seus fundadores ou outros benfeitores precisamente para esse fim. No entanto, é evidente a concentração de algumas destas casas em determinadas artérias, destacando-se a rua Direita que ligava a Sé e a igreja de S. Cristóvão, na qual se localizavam três albergarias, quase contíguas umas às outras (Rocha 2019, 285-286).

Foi neste contexto, aqui descrito sumariamente, que surgiram e se desenvolveram as confrarias de mesteres, documentadas, na cidade de Coimbra, desde as últimas décadas do século XII.

4. As confrarias de mesteres na Idade Média: definição e caracterização

Até aos finais do século XV, as confrarias de mesteres constituíam a exceção num mundo urbano onde ainda não existiam outras associações formais de mesteres, como viriam a ser as corporações, que assumiram um papel preponderante na regulação daqueles e da produção e comercialização dos seus produtos e que resultaram essencialmente da iniciativa régia, num esforço de centralização do poder que caracterizou os finais da Idade Média (Melo 2012, 289-291). Mas não podemos deixar de considerar a hipótese, apresentada por vários autores, de que as confrarias em análise evoluíram no sentido das corporações ou mesmo das guildas de finais da Idade Média e inícios da Época Moderna (Melo, 2012, 292; Victor, 123-129; Trio).

Assim, as confrarias de mesteres correspondiam a associações de indivíduos que exerciam um mesmo ofício ou, mais corretamente, um mesmo mester e que, por isso, tinham também objetivos e interesses comuns. A pertença a uma organização confraternal conferia-lhes proteção na vida e na morte e também, em certa medida, no trabalho, fator de união destes homens. Porém, devemos salientar que estas instituições não tinham competências de regulação e organização do trabalho, produção e posterior comercialização (Melo 2009, 1, 139-146; Victor, 124). De qualquer modo, poderiam intervir nas relações profissionais que se estabeleciam entre os seus membros, evitando ou resolvendo possíveis conflitos, mas também entre estes e outras entidades, valendo-se da coesão de grupo para defender os seus interesses (Melo 2013, 170). Como afirmou Noël Coulet (1994, 73), estas irmandades “encadrent, disciplinent et organisent les relations sociales ao sein du métier.”

Na realidade, as confrarias de mesteres não eram mais do que associações de natureza religiosa-assistencial, sendo regidas pelos mesmos princípios das restantes irmandades medievais. Deste modo, assentavam na solidariedade mútua e no culto religioso, colocando-se sob a invocação de um santo patrono, assim como na assistência aos mais desfavorecidos (Melo 2009, 139-140; Victor, 126-127). Neste sentido, era relativamente frequente fundarem e administrarem pequenos hospitais ou albergarias, que, por norma, tomavam o mesmo nome da irmandade, ou seja, o do mester representado. Isto não significa que estas casas assistenciais se destinavam exclusivamente ao acolhimento de mesteirais carenciados. Correspondiam, antes, à materialização do ideal caritativo das confrarias, socorrendo pobres, doentes e peregrinos, e à implantação da própria irmandade no espaço urbano, tornando-se um dos seus marcos identitários (Álvarez Fernández, 40).

5. As confrarias de mesteres na Coimbra medieval

À semelhança do que acontecia noutras cidades (Melo 2012, 289 e 292), em Coimbra, as confrarias de mesteres eram pouco numerosas. De facto, entre os séculos XII e XV, num universo de quatro dezenas de irmandades inventariadas, apenas conseguimos identificar quatro confrarias de mesteres (Tabela 1).

Tabela 1. Confrarias de mesteres em Coimbra (séculos XII a XV).

Nome	Primeira referência		Última referência	
	Data	Fonte	Data	Fonte
Confraria dos Pedreiros	[1180]	Rodrigues, 19.	1375	ANTT, <i>Colegiada de Santa Justa de Coimbra</i> , mç. 4, n.º 64.
Confraria dos Alfaiates	[a. 1230]	ANTT, <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 2.ª inc., mç. 14, n.º 663.	1379	ANTT, <i>Colegiada de Santiago de Coimbra</i> , mç. 3, n.º 289/771.
Confraria dos Ferreiros	1251	Matos, 175.	1270	Matos, 196.
Confraria dos Sapateiros	1302	ANTT, <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 2.ª inc., mç. 25, n.º 1060.	1462	ANTT, <i>Convento de Santana de Coimbra</i> , mç. 6, doc. "maço 10 n.º 23".

De acordo com as fontes compulsadas, os pedreiros foram os primeiros a organizarem-se numa confraria, ainda durante o século XII, sendo esta uma das mais antigas confrarias de mesteres do reino, juntamente com as dos curtidores, sapateiros e alfaiates de Santarém, como a existência de albergarias do mesmo nome sugere (Beirante, 8).⁸ Com efeito, em documento datado criticamente do ano de 1180, Domingos Lourenço doou um morabitino, um leito e um feltro “*ad confrariam petrariis*” (Rodrigues, 19). A fundação desta confraria, durante a centúria de Undecentos, poderá ter resultado da associação dos pedreiros que se encontravam em Coimbra a trabalhar nas obras de (re)construção da Sé, das igrejas paroquiais, do mosteiro de Santa Cruz e de edifícios civis, em especial o castelo (Coelho 1996, 283; Coelho 2013, 43-45; Coelho 2020).

Ainda no mesmo século ou já no seguinte, surgiram as primeiras referências à Confraria dos Alfaiates. Em data desconhecida, mas certamente anterior a 1230, Pedro Salvadores contemplou esta irmandade no seu testamento, legando-lhe um morabitino.⁹ Mais tarde, em 1251, encontramos os ferreiros organizados sob objetivos comuns de entreatajuda (Matos, 175). A sua confraria tanto recebeu o nome latino de *fabrorum* (Matos, 175 e 177), como *ferrariis* (Matos, 175). Embora o primeiro vocábulo levante algumas dúvidas, pois também podia significar artesão ou fabricante, no geral, cremos, como a maioria dos autores, que ambos se referiam aos trabalhadores do ferro (Tavares; Rocha 2019, 212).

Por fim, a última confraria de mesteres documentada para a cidade de Coimbra na Idade Média corresponde à dos Sapateiros. Estes profissionais estavam organizados nesta associação, pelo menos, desde 1302, quando o cabido da Sé lhes aforou umas alcaçarias.¹⁰ No entanto, tudo leva a crer que a irmandade tenha sido instituída ainda na centúria anterior, pois naquele mesmo ano, tão próximo da mudança de século, já era proprietária de umas casas e de uma vinha, o que pressupunha a existência de uma estrutura institucional relativamente consolidada para administrar estes bens. Isto não invalida que

⁸ Reunindo a informação recolhida por outros autores, noutras cidades do reino apenas se encontram referências documentais a confrarias de mesteres a partir do século XIII, como as confrarias dos Alfaiates (1241) e dos Sapateiros (1243) de Guimarães (Ferreira, 664-665). Além-fronteiras, atentemos nos exemplos de França. Na região da Normandia, algumas confrarias de mesteres também estão documentadas desde o século XII (Vincent 1988, 38), enquanto na Provença estas irmandades apenas se difundiram a partir da centúria de Trezentos, com raras exceções documentadas desde o século anterior na cidade de Avinhão (Coulet 1991, 23-26; Coulet 1994, 56-58).

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 14, n.º 663. Sobre a datação crítica deste documento, ver Rocha 2019, 211, n. 108.

¹⁰ ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 25, n.º 1060.

ainda estivesse a dar os seus primeiros passos, como nos leva a supor o aforamento de alcaçarias, onde eram tratadas as peles, fundamentais para o ofício de sapateiro.

À exceção da Confraria dos Ferreiros, apenas documentada durante um período de quase 20 anos, todas as outras tiveram uma existência relativamente longa, tendo resistido durante mais de um século, segundo as provas documentais de que dispomos. A Confraria dos Pedreiros desapareceu das fontes depois de 1375¹¹ e a dos Sapateiros manteve-se ativa até 1462, data da última referência documental conhecida.¹² No caso da Confraria dos Alfaiates, sabemos mesmo que terá sido extinta por volta de 1378-1379, quando os seus confrades doaram os seus bens à igreja de Santiago, para celebração dos sufrágios, porque já não conseguiam “manter a dicta confradria nem fazer aquellas cousas que promenteron a fazer en a dicta confradria por muytas razões liidimas.”¹³

As albergarias de mesteres, por sua vez, não eram mais numerosas do que as confrarias, perfazendo exatamente o mesmo número, ou seja, um total de quatro, entre os 45 estabelecimentos hospitalares medievais da cidade de Coimbra. Para um período de quatro séculos, conhecem-se as albergarias dos Alfaiates, dos Pedreiros, dos Peliteiros e dos Ferreiros (Tabela 2).

Tabela 2. Albergarias de mesteres em Coimbra (séculos XII a XV).

Nome	Primeira referência		Última referência	
	Data	Fonte	Data	Fonte
Albergaria dos Alfaiates	1316	ANTT, <i>Colegiada de Santiago de Coimbra</i> , mç. 8, n.º 154/524.	1380	ANTT, <i>Colegiada de Santiago de Coimbra</i> , mç. 1, n.º 36/783.
Albergaria dos Pedreiros	1348	ANTT, <i>Colegiada de Santa Justa de Coimbra</i> , mç. 24, n.º 467.	1402	ANTT, <i>Colegiada de Santa Justa de Coimbra</i> , mç. 32, n.º 732.
Albergaria dos Peliteiros	1360	ANTT, <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 2.ª inc., mç. 49, n.º 1945.	1364	ANTT, <i>Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra</i> , 2.ª inc., mç. 6, n.º "Alm. 15, s/n, mç. 5".
Albergaria dos Ferreiros	1379	ANTT, <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 2.ª inc., mç. 74, n.º 2966.	1424	ANTT, <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 1.ª inc., liv. 1, fl. 140.

Todas elas estão documentadas apenas a partir do século XIV, mais de um século depois da mais antiga referência a uma associação profissional na cidade de Coimbra, sendo a referência mais antiga datada de 1316 e relativa à Albergaria dos Alfaiates.¹⁴ Seguiram-se-lhe as albergarias dos Pedreiros, documentada desde 1348¹⁵, dos Peliteiros, desde 1360¹⁶, e dos Ferreiros, desde 1379.¹⁷ Enquanto as dos Alfaiates e Peliteiros desapareceram das fontes ainda durante a centúria de Trezentos, as dos Pedreiros e Ferreiros resistiram até às primeiras décadas do século XV. A albergaria dos profissionais do vestuário terá mesmo sido desativada na sequência da extinção da confraria a que estava associada, pois, em 1380, a igreja de Santiago emprazou uma casa que, juntamente com uma outra, “forom albergaria dos alfaiates.”¹⁸

¹¹ ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 4, n.º 64.

¹² ANTT, *Convento de Santa Ana de Coimbra*, mç. 6, doc. “maço 10 n.º 23”.

¹³ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 12, n.º 553/372.

¹⁴ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 8, n.º 154/524.

¹⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 24, n.º 467.

¹⁶ ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 49, n.º 1945.

¹⁷ ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 74, n.º 2966.

¹⁸ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 1, n.º 36/783.

Alguns indícios apontam, no entanto, para uma existência bastante anterior de algumas destas casas, em particular da Albergaria dos Pedreiros. Com efeito, a doação, nos finais do século XII, de roupa de cama à confraria do mesmo nome pressupõe a prática da hospitalidade, como é natural, em edifício próprio (Rodrigues, 19). Logo, é de admitir a hipótese de, já nessa altura, aquela irmandade administrar uma pequena albergaria, muito provavelmente a que surge nas fontes designada como Albergaria dos Pedreiros.

Atendendo às designações destas albergarias, podemos concluir que quase todas pertenceriam às confrarias dos mesmos ofícios, não sendo, porém, possível determinar em que altura se tornaram delas dependentes ou até se já existiam antes de lhes serem anexadas, como aconteceu noutras cidades, nomeadamente no Porto.¹⁹ Excetua-se a Albergaria dos Peliteiros, que não é possível associar a qualquer irmandade, por inexistência desta ou por falta de informação a ela relativa.

Este último aspeto leva-nos a colocar uma questão: existiriam outras confrarias de mesteres na Coimbra medieval? Naturalmente, não é possível dar uma resposta segura e definitiva, mas alguns dados permitem-nos tecer algumas considerações. Por um lado, no caso da Albergaria dos Peliteiros, devemos ponderar a possibilidade de existir uma confraria do mesmo nome, responsável pela sua administração, mas que não deixou eco nas fontes escritas. A própria organização destes profissionais numa rua que deles tomou o nome, na freguesia de Santiago, relativamente próxima do rio (Alarcão, 191-192; Augusto, 73-77 e 111-122), reforça esta ideia. No entanto, como apontou Mário Farelo (477), regista-se a existência de hospitais de mesteres que precederam as próprias confrarias que os vieram a administrar, sendo possível que, em Coimbra, a irmandade dos Peliteiros não tenha chegado sequer a ser fundada.

Por outro lado, a observação do quadro global das instituições assistenciais de Coimbra sugere que a identificação das confrarias de mesteres é impedida, frequentemente, pela forma como estas eram designadas. Com efeito, sob a invocação de um santo, podia estar uma confraria de mester, devotada a esse padroeiro. Na Confraria de S. Marcos, por exemplo, estão identificados alguns confrades tecelões, nos séculos finais da Idade Média²⁰, o que poderá revelar uma certa tendência destes mesterais para se organizarem sob a invocação daquele santo, em Coimbra, à semelhança de outras cidades, como Florença (Henderson, 45-46, 61 e 461-462). Todavia, de acordo com outras fontes, nomeadamente o próprio compromisso²¹, S. Marcos não seria uma confraria composta exclusivamente por mesterais. Por esse motivo, assumimos uma postura mais cautelosa, considerando, tal como Ângela Beirante (45), que o título do patrono pode não ser suficiente para classificarmos uma irmandade como profissional, “porque associações dedicadas ao mesmo santo podem ter actividades distintas.”

De qualquer modo, não obstante o número reduzido de confrarias e albergarias de mesteres documentadas para a cidade de Coimbra, a existência de algumas delas em simultâneo confirma que, especialmente nos séculos XIV e XV, “os mesteres (...) estavam já perfeitamente estruturados, arruados e unidos por confrarias,” tendendo para “uma maior especialização dos seus ofícios, para um reforço das suas solidariedades laborais e confraternais,” ao mesmo tempo que lutavam por uma maior participação na administração local (Coelho 2003, 36).

¹⁹ Nesta cidade, registam-se alguns exemplos de hospitais já existentes, sob invocação de um santo, que foram anexados a uma confraria de mester, por vezes, como solução para a decadência económica daqueles (Melo 2009, 1, 418-421).

²⁰ ANTT, *Colegiada de S. Salvador de Coimbra*, mç. 4, n.º “14.º do 2.º sacco”; mç. 11, n.º “27 do 3.º sacco” e mç. 16, s/n (1480 junho, 15); e Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Hospital Real de Coimbra*, IV-3.ª-Gav. 50-n.º 2.

²¹ AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, IV-2.ª E-7-3-6, fls. 78v-79v.

6. A implantação urbana das associações de mesteres

As confrarias e albergarias de mesteres acima identificadas instalaram-se em Coimbra, partilhando o espaço urbano com as restantes instituições de assistência, mas também com os edifícios civis e religiosos que se erguiam na cidade (Figura 3). Mas, se a localização das albergarias é facilmente detetável, a das confrarias levanta mais dúvidas, porque estas eram, mais do que um espaço físico ou edifício, uma associação de homens, cujas reuniões e cerimónias religiosas podiam ocorrer em lugares variados, tal como já explicámos anteriormente. A falta de referências documentais diretas às suas sedes, obriga-nos, pois, a problematizar a sua implantação.

Antes de mais, tal como outros autores têm constatado noutros contextos geográficos, estas irmandades concentrar-se-iam na zona comercial da cidade, nomeadamente nos bairros e arruamentos ocupados pelos mestreiros, sendo até natural que estivessem sediadas nas suas albergarias (Melo 2009, 248-250; Álvarez Fernández, 40). Atentemos no exemplo da Confraria dos Ferreiros. A sua albergaria localizava-se na Almedina, na freguesia de S. Cristóvão, junto da ferraria.²² Parece bastante evidente que os ferreiros tenham constituído a sua confraria na área onde maioritariamente estavam concentrados e desenvolviam a sua atividade profissional, ou seja, na ferraria ou suas imediações.

Uma conclusão semelhante pode apontar-se para a Confraria dos Sapateiros, apesar de desconhecermos qualquer albergaria a ela associada. A concentração de propriedade desta irmandade, em particular umas alcaçarias, na freguesia de S. Bartolomeu, perto do rio, na designada Ribeira (Guardado, 2, 29-30), leva-nos a considerar a implantação dos profissionais do calçado nesta zona e consequente localização da sua confraria.²³

Refira-se ainda o caso da Confraria dos Alfaiates, que poderia estar sediada na sua albergaria ou na igreja de Santiago. Embora a primeira seja mais provável, parece-nos também lógico que os alfaiates se reunissem naquela igreja paroquial, uma vez que seria aí, ao que tudo indica, que eram celebradas as suas cerimónias de sufrágio.²⁴ De facto, o documento de 1378, pelo qual a confraria doou alguns bens imóveis à colegiada de Santiago para que os seus clérigos dissessem algumas missas e orações por alma dos seus confrades²⁵, abre a possibilidade de ser nessa igreja que se desenrolavam as suas práticas religiosas e devocionais. De qualquer modo, estes profissionais estavam fortemente implantados no espaço extramuros, na zona compreendida entre a atual rua do Corvo, onde estava localizada a sua albergaria²⁶, e a igreja de Santiago.

Por fim, as restantes instituições destacam-se neste conjunto por constituírem, de certo modo, exceções. Relativamente à confraria e albergaria dos Pedreiros não temos ao nosso dispor qualquer dado que nos permita identificar a sua localização. Apenas a implantação do património urbano de uma e de outra nos poderá levar a adiantar a hipótese de estarem sediadas na freguesia de Santa Justa ou nas suas imediações, embora estes elementos não

²² ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.^a inc., mc. 74, n.º 2966 e 1.^a inc., liv. 1, fl. 140. Neste último documento, um emprazamento de 1424, pode ler-se que a casa contratada se localizava na “na rua direita que vay da dicta See pera Sam Christovam” e confrontava, entre outros, com “com a dicta albergaria [dos Ferreiros],” não deixando margem para dúvidas acerca da rua e área onde esta instituição estava implantada. Sobre a localização da ferraria na freguesia de S. Cristóvão, ver Trindade, 119.

²³ Esta área da cidade, pelo seu afastamento relativamente ao núcleo urbano e pela sua proximidade ao rio, era onde se concentravam os mesteres que mais resíduos e cheiros incómodos geravam, como era o caso dos sapateiros (Augusto, 42-53 e 142-144).

²⁴ Isto não invalida que estas cerimónias se celebrassem na própria albergaria, caso tivesse uma capela, como acontecia na Confraria dos Sapateiros de Guimarães, cujas missas eram rezadas na capela da respetiva albergaria (Ferreira, 666, n. 1805). No entanto, no caso da Confraria dos Alfaiates de Coimbra, parece-nos pouco provável que a sua albergaria tivesse capela e que aí se dissessem as missas.

²⁵ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 12, n.º 553/372.

²⁶ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 8, n.º 154/524.

sejam suficientes para a considerarmos provável.²⁷ Por sua vez, a Albergaria dos Peliteiros protagoniza uma situação curiosa e talvez pouco comum, uma vez que estava implantada na rua da Figueira Velha²⁸, numa zona relativamente afastada do arruamento onde estavam concentrados os profissionais que lhe davam o nome.

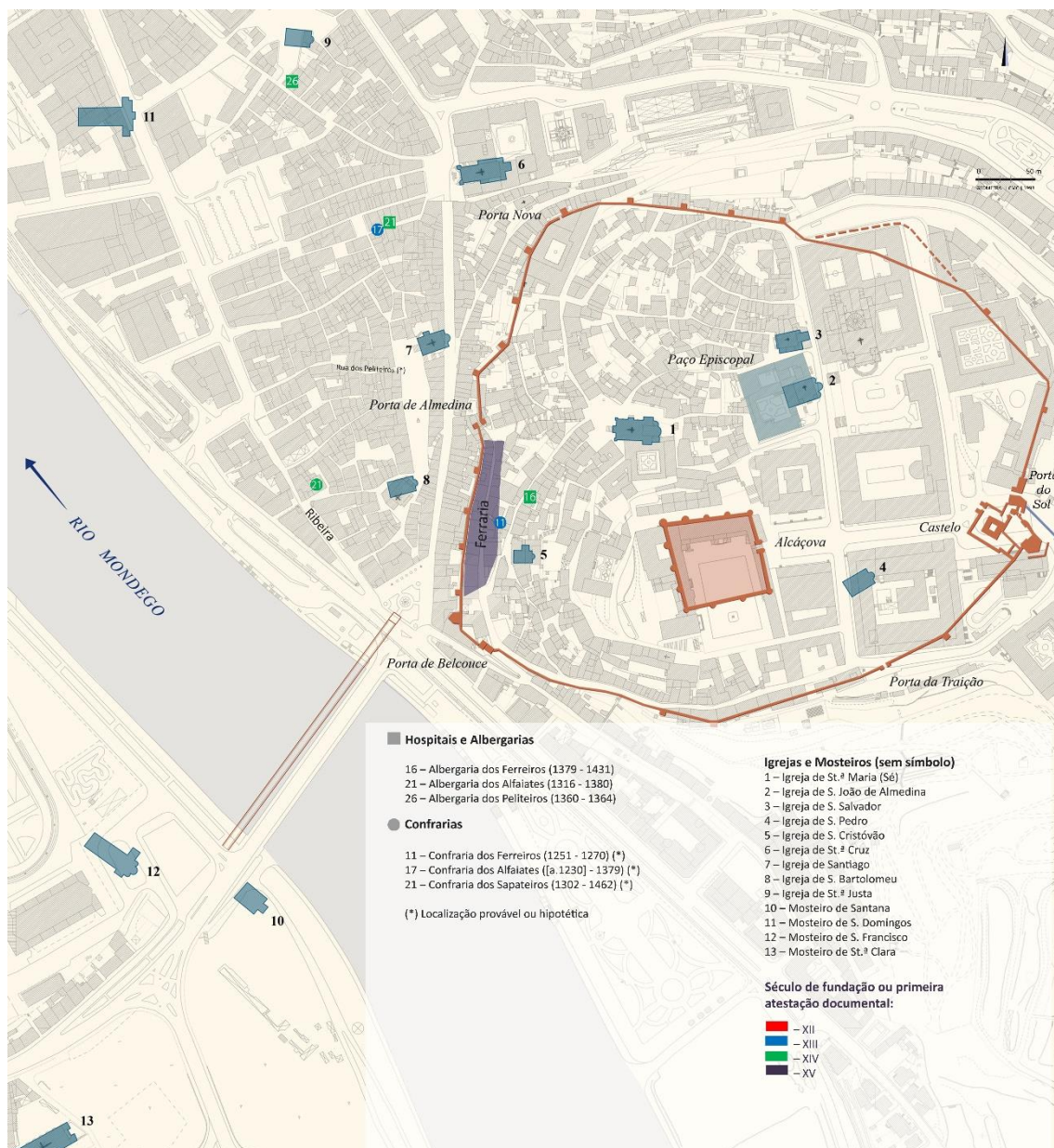


Figura 3. Implantação urbana das confrarias de mestres de Coimbra (séculos XIII-XV).²⁹

²⁷ Ver, por exemplo, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 5, n.º 128; mç. 23, n.º 453 e mç. 32, n.º 732; ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 218, “Alm. 15, n.º 20, mç. 2”. Sobre a possível localização da confraria e albergaria dos Pedreiros na freguesia de Santa Justa, ver Campos, 169-170.

²⁸ ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, s/n, mç. 5”.

²⁹ Adaptado de Rocha 2019, 278 e 303. A numeração atribuída aos hospitais/albergarias e confrarias não é sequencial, uma vez que corresponde à das plantas originais, das quais se extraiu esta.

7. Composição e funcionamento das confrarias de mesteres

Caracterizar as confrarias de mesteres conimbricenses e descrever o seu funcionamento não é uma tarefa fácil, porque não se conhece qualquer estatuto e/ou compromisso de uma irmandade deste tipo. Estas fontes ajudar-nos-iam a perceber a organização interna destas associações, os seus objetivos, atuação, composição e se tinham ou não um papel ativo na proteção laboral dos seus membros. Neste aspeto, porém, Coimbra não é exceção, uma vez que estes estatutos são, na sua generalidade, muito raros, como, de resto, eram as próprias confrarias de mesteres.³⁰

Na verdade, a partir dos exemplos que chegaram até nós, tanto em Portugal, como noutros países, onde, por vezes, são mais numerosos (Vincent 1988, 36; Victor), vários autores constataram que os compromissos das confrarias de mesteres quase não se distinguem dos das irmandades de cariz religioso-caritativo (Vincent 1988, 36; Victor). É este o caso, por exemplo, do da Confraria de Santo Ildefonso de Santarém, formada por carpinteiros e pedreiros, que, segundo Ângela Beirante (8-9), era “idêntico, nos seus objetivos, a qualquer dos outros compromissos contemporâneos.”

Para Coimbra, baseámos o nosso estudo num conjunto de outros documentos, como já expusemos logo no início deste artigo, que nos permitem responder a algumas das questões colocadas e, sobretudo, confirmar a mesma aceção atrás referida: na prática, estas confrarias quase não se distinguiam das devocionais e caritativas.

Antes de mais, a sua administração competia, como em todas as outras, aos juízes e mordomos, como se comprova numa sentença de 1308, contra a Confraria dos Sapateiros (Guardado, 2, 29-30), e numa outra de 1379, contra a Confraria dos Alfaiates³¹, nas quais aqueles oficiais são citados. De acordo com a informação veiculada pelos compromissos de outras irmandades, os juízes eram responsáveis pelo exercício da justiça e pela superintendência dos restantes oficiais, enquanto aos mordomos competia a gestão do património, assumindo a responsabilidade sobre a circulação de bens e dinheiro (Rocha 2019, 322-324).³² Por norma, estes oficiais atuavam em conjunto, especialmente quando tinham de representar a confraria perante as autoridades religiosas ou civis, como nas duas sentenças citadas. Os próprios confrades teriam um papel ativo na gestão da instituição, fazendo parte do cabido, ou seja, da assembleia geral, onde eram tomadas as principais decisões administrativas (Rocha 2019, 318-321). Na referida sentença proferida contra a Confraria dos Alfaiates, os seus confrades foram mesmo citados juntamente com os juízes e mordomos, pois todos constituíam a irmandade.

Quanto aos critérios e forma de admissão de confrades nestas associações, as fontes são completamente omissas. Não nos é possível saber, por exemplo, se um indivíduo que pretendesse exercer um determinado mester era obrigado a ingressar na respetiva confraria para o poder fazer. Arnaldo Sousa Melo encontrou indícios dessa obrigatoriedade em algumas confrarias do Porto, como a dos Sapateiros, por volta de 1425, e a da Bainharia, segundo os seus estatutos de 1454 (Melo 2009, 423-424). Provavelmente, esta seria uma prática comum a outras cidades, que se terá imposto sobretudo a partir do século XV, quando a organização dos mesteres assumiu contornos mais bem definidos (Coelho 2003, 36; Melo 2012). Mas para esta época os documentos relativos às irmandades profissionais conimbricenses escasseiam e são pouco prolixos, não nos permitindo, de todo, apresentar conclusões.

³⁰ Para a cidade do Porto, Arnaldo Sousa Melo apenas encontrou uns estatutos de confraria de mester completos, a saber, os da Confraria da Bainharia, datados de 1454 (Melo 2009, 423, n. 46, e 425).

³¹ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 3, n.º 289/771.

³² Sobre estes oficiais e respetivas funções, assim como outros que assumiam responsabilidades na administração das confrarias medievais, ver, entre outros, Beirante, 14-17; Coelho 1992, 163-164. Especificamente sobre as confrarias de mesteres, ver Melo 2009, 425-427.

No entanto, alguns diplomas referentes à Confraria dos Alfaiates revelam-nos dados relevantes sobre a sua composição, demonstrando que esta não era exclusiva dos profissionais que lhe davam o nome, como aliás era comum nas confrarias de mesteres (Coulet 1991, 29-30). Com efeito, em dois documentos de 1303 e 1379 identificamos um mercador, o próprio juiz da instituição³³, e até mulheres³⁴, que seriam, na sua maioria, esposas ou familiares de confrades, condição que lhes conferia o direito de admissão, o qual as primeiras mantinham mesmo depois de enviuvarem (Beirante, 18; Vilar, 190; Coulet 1994, 70-71). Os alfaiates, por sua vez, eram muito mais numerosos, registando-se um caso em que a enumeração dos confrades termina com a referência à presença de “outros muytos alfaiates conffrades da dicta confraria.”³⁵ Estes indivíduos não seriam, à partida, obrigados a ingressar na irmandade, mas teriam todo o interesse em fazê-lo, pelas vantagens que daí advinham e pelos sentimentos de pertença e de orgulho na sua profissão.

Estas associações ofereciam aos seus membros e não só, sobretudo, proteção espiritual e assistência em caso de doença, pobreza ou outro infortúnio. Uma vez que a função assistencial já foi abordada a propósito das albergarias de mesteres e não possuímos outros dados a seu respeito, centrar-nos-emos na primeira, mais bem documentada. Esta traduzia-se no culto religioso e no culto aos mortos, pois o auxílio confraternal estendia-se para além da vida (Rocha 2019, 335-353). Alguns cidadãos de Coimbra contemplaram confrarias de mesteres com legados em dinheiro ou outros bens, com o intuito de obterem a sua intercessão após a morte, através de missas de sufrágio.³⁶ Esta função era de tão elevada importância que os oficiais e confrades da Confraria dos Alfaiates doaram algumas propriedades à igreja de Santiago, para garantir a continuidade da celebração dos aniversários a que estavam obrigados, por alma dos fundadores e irmãos já falecidos, mesmo após a extinção da irmandade.³⁷

Por último, não podemos deixar de fazer uma breve nota sobre a intervenção ou não destas confrarias na esfera profissional. As fontes não são claras e, à semelhança das confrarias de outras cidades, parece-nos quase certo que estas instituições não tinham competências formais na regulação dos ofícios e no controlo do trabalho dos seus profissionais. No entanto, há alguns sinais de ações de proteção, que garantiriam melhores condições laborais aos que exerciam determinado mester, alicerçadas em solidariedades mútuas e na coesão de grupo. A Confraria dos Sapateiros oferece-nos um bom exemplo. Recordemos que, em 1302, o cabido da Sé lhe aforou uma casa de alcaçaria, para todo o sempre, enquanto a irmandade existisse³⁸, e que, em 1308, entre as suas propriedades se contavam umas alcaçarias, na freguesia de S. Bartolomeu, que estiveram no centro de um pleito com os clérigos da igreja daquela paróquia (Guardado, 2, 29-30). Estariam estas estruturas reservadas para utilização exclusiva ou privilegiada dos seus confrades, talvez sujeitos a uma renda a preços mais acessíveis? Não conseguimos dar uma resposta cabal a esta questão, mas também não podemos excluir, à partida, uma certa importância que a confraria poderia assumir na proteção laboral dos seus membros, sendo detentora de propriedade que beneficiaria a prática do seu trabalho.

³³ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 3, n.º 289/771.

³⁴ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 12, n.º 851.

³⁵ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 12, n.º 851.

³⁶ Sobre a doação em dinheiro ou bens às confrarias medievais de Coimbra, incluindo as de mesteres, ver Rocha 2019, 134-140.

³⁷ ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 3, n.º 289/771 e mç. 12, n.º 553/372.

³⁸ ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 25, n.º 1060.

8. Conclusão

A cidade de Coimbra assistiu, desde o século XII, à fundação de confrarias, entre as quais se incluíam as de mesteres. Esta forma de associação de homens e mulheres, maioritariamente leigos, em torno de objetivos comuns, como a devoção a um santo em particular ou um mesmo ofício, contribuía para reforçar os seus laços familiares, vicinais e profissionais, oferecendo-lhes proteção na vida e na morte. No caso específico das confrarias de mesteres, de que nos ocupamos neste estudo, embora os indícios sejam muito incipientes, é de considerar que poderiam assumir um papel de relevo na regulação das relações profissionais dos seus membros, ainda que não intervissem na regulamentação dos ofícios representados e da produção e comercialização do resultado do seu trabalho.

No entanto, de um universo de 40 confrarias e 45 estabelecimentos hospitalares documentados em Coimbra, entre os séculos XII e XV, apenas sabemos da existência de quatro confrarias de mesteres e quatro albergarias de mesteres, quase todas administradas pelas irmandades do ofício a que pertenciam. A inexistência de compromissos destas instituições condiciona o nosso conhecimento acerca do seu funcionamento, circunstâncias de admissão, composição e atuação na regulação do trabalho dos mesteirais. Porém, outros documentos avulsos revelam-nos, na prática, como se organizavam estas associações, as suas principais funções e a sua implantação no espaço urbano. Pudemos concluir que as confrarias de mesteres tinham os mesmos objetivos das confrarias devocionais e assistenciais, quase não se distinguindo delas. Não obstante, alguns sinais, como a posse de alcaçarias pela Confraria dos Sapateiros, apontam para a possibilidade destas irmandades auxiliarem os seus membros na prática do seu ofício.

Mesmo com todas as limitações a que nos fomos referindo ao longo deste artigo, a análise da documentação reunida e compulsada acerca das confrarias de mesteres de Coimbra permitiu-nos, assim o cremos, delinear um quadro relativamente completo do que eram e como eram estas irmandades. Fez-nos perceber que os mesteirais encontravam nestas associações uma oportunidade de se reunirem com os seus semelhantes e de se auxiliarem mutuamente, quer na vida, quer na morte. Mas também é evidente que elas lhes ofereciam muito mais do que isso. Conferiam-lhes uma identidade de grupo, que se reforçava com a sua implantação física no espaço citadino e com a sua intervenção junto dos poderes urbanos, sendo fundamental para a salvaguarda dos interesses laborais destes homens e para o desenvolvimento das suas atividades económicas.

Obras citadas

- Alarcão, Jorge de. *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Álvarez Fernández, María. “Corporaciones profesionales y cofradías religiosas en una ciudad del reino de Castilla: Oviedo (siglos XIII-XV).” In *Homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*, tomo I. Murcia: Universidad de Murcia, 2010. 33-56.
- Augusto, Octávio. *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: FLUC, 2012. Dissertação de mestrado em História da Idade Média.
- Beirante, Maria Ângela. *Confrarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. autor, 1990.
- Campos, Maria Amélia Álvaro de. *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte.” In *Cofradías, gremios y solidariedades en la Europa medieval (Actas de las XIX Semana de Estudios Medievales de Estella. 20-24 de julio de 1992)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1992. 149-183.
- . “Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo.” *Biblos* 58 (1992): 335-356.
- . “O Povo – a identidade e diferença no trabalho.” In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques dir. *Nova História de Portugal*, vol. III, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem coord. *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. 252-308.
- . “Coimbra medieval: uma cidade em maturação.” In Adília Alarcão coord. *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. 29-47.
- . *O Município de Coimbra – Monumentos Fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- . “Pratiques communautaires des laïcs: confréries et institutions collégiales et municipales dans le Portugal medieval.” In Anne Massoni e Maria Amélia Campos dir. *La vie communautaire et le service à la communauté: L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XIe au XVe siècle)* [em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. Disponível na Internet: <http://books.openedition.org/cidehus/11737> (consultado 01 de agosto de 2021).
- Coulet, Noël. “Les confréries de métier en Provence au Moyen Âge.” In Claire Dolan ed. *Travail et travailleurs en Europe au Moyen Âge et au début des temps modernes*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1991. 21-46.
- . “Les confréries de métier à Aix au bas moyen âge.” In Pascale Lambrechts e Jean-Pierre Sosson eds. *Les métiers au Moyen Âge: aspects économiques et sociaux. Actes du Colloque international de Louvain-la-Neuve, 7-9 octobre 1993*. Louvain-la-Neuve: Institut d'Études Médiévales de l'Université Catholique de Louvain, 1994. 55-73.
- Farelo, Mário. “A rede confraternal na cidade de Lisboa (séculos XIII-primeira metade do séc. XVI).” In Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva e Sara Prata eds. *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: IEM e Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2018. 465-492.
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM e Universidade do Minho (ICS), 2010.

- Guardado, Maria Cristina Gonçalves. *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais (Das origens ao início do séc. XV)*. Coimbra: FLUC, 1999. 2 vols. Dissertação de mestrado em História da Idade Média.
- Henderson, John. *Piety and charity in late medieval Florence*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1997.
- Le Blévec, Daniel. *La part du pauvre: L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XII^e siècle au milieu du XV^e siècle*. Roma: École Française de Rome, 2000. 2 vols.
- Matos, João da Cunha. *A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra (Sécs. XII e XIII)*. Tomar, 1998. Trabalho apresentado a Concurso de Provas Públicas para Professor Coordenador.
- Melo, Arnaldo Sousa. *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320-c. 1415*. Braga: Universidade do Minho; Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009. 2 vols. Tese de doutoramento em História da Idade Média.
- . "Les modalités d'organisation et association des métiers au Portugal aux XIV et XV siècles." In D. Balestracci et all. eds. *Uomini, Paesaggi, Storie. Studi di Storia Medievale per Giovanni Cherubini*, vol. 1. Siena: Salvietti&Barabuffi Editori, 2012. 289-299.
- . "Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)." *EDAD MEDIA. Revista de Historia* 14 (2013): 149-170.
- Melo, Arnaldo Sousa; Dias, Henrique e Silva, Maria João Oliveira e. *Palmeiros e Sapateiros. A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (séculos XIV a XVI)*. Porto: Fio da Palavra, 2008.
- Paiva, José Pedro ed. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, *Antes da Fundação das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003a.
- . "Introdução". In José Pedro Paiva coord. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Vol. 2, *Antes da Fundação das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003b. 7-20.
- Rawcliffe, Carole. *The Hospitals of Medieval Norwich*. Norwich: Centre of East Anglian Studies, University of East Anglia, 1995.
- Rocha, Ana Rita. *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de mestrado em História da Idade Média.
- . *A Assistência em Coimbra na Idade Média: Dimensão Urbana, Religiosa e Socioeconómica (Séculos XII a XVI)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. Tese de doutoramento em História Medieval.
- Rodrigues, Manuel Augusto ed. *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição Crítica. Texto Integral*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.
- Rosa, Maria de Lurdes. "Lieux de l'assistance médiévale et architecture hospitalière au Portugal." In François-Olivier Touati dir. *Archéologie et architecture hospitalières de l'Antiquité tardive à l'aube des temps modernes*. Paris: La Boutique de l'Histoire, 2004. 261-293.
- Rossa, Walter. "Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com instalação de Afonso Henriques." In Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo coords. *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, coord. de Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo. Braga: CITCEM, 2012. 127-143.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. "Pauvres, charité et assistance au Portugal (XIV^e-XV^e siècle)." In Stéphane Boissellier, François Clément & John Tolan dir. *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale: actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'Abbaye royale de Fontvraud (Maine-et-Loire)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010. 97-106.

- Tavares, Maria José Ferro. *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- Tello Hernández, Esther. *Aportación al estudio de las cofradías medievales y sus devociones en el reino de Aragón*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2013.
- Trindade, Luísa. *A Casa Corrente em Coimbra: dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- Trio, Paul. "Confraternities as Such, and as a Template for Guilds in the Low Countries during the Medieval and the Early Modern Period." In Konrad Eisenbichler ed. *A Companion to Medieval and Early Modern Confraternities*. Leiden: Brill, 2019. 23-44.
- Vaucher, André. "Assistance et charité en Occident, XIII^e-XV^e siècles." In *Religion et société dans l'Occident médiéval*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1980. 57-68.
- Ventura, Leontina. "Coimbra medieval: uma cidade em formação." In Adília Alarcão coord. *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. 15-28.
- Victor, Sandrine. "De la confrérie à la confrérie de Métier: mutation des structures d'encadrement d'assistance et de charité dans le monde pré-industriel à Gérone, XIII^e-XV^e siècles." In Francesco Ammannati ed. *Assistenza e solidarietà in Europa Secc. XIII-XVIII = Social assistance and solidarity in Europe from the 13th to the 18th Centuries: atti della "Quarantaquattresima Settimana di Studi", 22-26 aprile 2012*. Firenze: Firenze University Press, 2013. 123-133.
- Vilar, Hermínia Vasconcelos. *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- Vincent, Catherine. *Des charités bien ordonnées. Les confréries normandes de la fin du XIII^e siècle au début du XVI^e siècle*. Paris: École Normale Supérieure, 1988.
- . *Les confréries médiévales dans le royaume de France: XIII^e-XV^e siècle*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.